

A COMUNICAÇÃO DE UM PONTO DE VISTA PRAGMATICISTA

COMMUNICATION FROM A PRAGMATICISTIC VIEWPOINT

Prof. Dr. LAURO FREDERICO BARBOSA DA SILVEIRA

Resumo: O caráter dialógico da semiose confere-lhe propriedades essencialmente comunicativas. A questão não é provar que a semiose é comunicação, mas como as propriedades permitem o processo comunicativo. A vagueza e a generalidade dos signos são os principais responsáveis pela comunicação. O modo como elas são manipuladas pelos elocutores e os intérpretes permite o sucesso da comunicação, conduzindo as pessoas para uma comunidade de interpretação e de investigação.

Abstract: The dialogic character of semiosis confers to it essentially communicative properties. The question is not to prove that semiosis is communication, but how the properties of semiosis permit the communicative process. Vagueness and generality of the signs are the main factors of communication. The way they are held by utterers and interpreters enables the success of communication.

Para Peirce, em todos os momentos de sua obra, o conhecimento deve ser considerado semiose, e todo pensamento a que nos é possível ter acesso, compartilha dessa mesma natureza.

Essencialmente mediado por signos, conclui-se que todo pensamento é de natureza interpretativa. Sequer o auto-conhecimento ou a consciência de si far-se-ão no imediato da intuição.

Vincent Colapietro (1989) poderá, desse modo, afirmar:

Um signo separado de seus interpretantes futuros é um signo ao qual é negada a possibilidade de realizar sua essência; isto é, a possibilidade de ser um signo. Tal signo é a negação da semiose, pois é impossível que ele realize sua essência. Sua descrição mais rigorosa faz-se em termos negativos, assim como a descrição mais adequada da cegueira faz-se em termos privativos. Desse modo, se o *self* for um signo e for separado de seus desenvolvimentos futuros, lhe será negada a possibilidade de atualizar sua essência; sendo desse modo, o *self* a negação do "*selfhood*". (p. 77-8)

O respeito à integridade da semiose que nada mais é que pensamento e, conseqüentemente, conduta racional vem, pois, a exigir um tratamento lógico, para um

Lauro Frederico Barbosa da Silveira é professor do Departamento de Filosofia da UNESP e pesquisador da Fundação Eurípides Soares da Rocha, em Marília-SP.

fenômeno aberto, atravessado pelo imprevisível, e, portanto em constante evolução.

Claudine Engel-Tiercelin (1993), com sua dedicação ao estudo do *vago* e do *geral*, insistindo na exigência que tem a lógica considerada como semiótica de levar-lhes em conta, traz contribuições inestimáveis para que se avance nesse tratamento.

Antes, porém, que aqui se dedique um espaço especial para o estudo daquelas duas características signo em sua função comunicativa e, portanto, solicitando ao leitor que reserve as questões que sobre elas tiver a fazer, convém insistir, juntamente com Tiercelin ao falar do *geral*, na abertura característica de toda semiose:

O geral é a série indefinida dos interpretantes (CP 1.339), a idéia de que o conhecimento é sempre aberto. Com certeza, no sentido em que ele decorre do potencial, da qualidade, em suma da primeira categoria, o geral é de uma espécie negativa” (CP 1.427), mas na medida em que ele pertence à necessidade condicional, à lei, à terceiridade, ele é dessa “espécie positiva” que, com “a infinidade, a continuidade, o crescimento e a inteligência” (CP 1.340), fazem parte das idéias de terceira categoria às quais a filosofia e as ciências devem prestar mais “atenção.” (p. 322)

A potencialidade inerente à semiose, assim como a ausência de qualquer imediatez naquele processo, reforça a necessidade de interpretação da própria personalidade. Nada é representado que não exija a referência à experiência, nem que essa seja a de nós mesmos. De nós mesmos, portanto, exige-se um trabalho mediado de signos e um tempo para que se desenvolvam os interpretantes.

Só por via de generalização e de constante interpretação, o autoconhecimento vai se fazendo, sem em nada se distinguir do conhecimento que se tem do mundo. Mesmo após a morte de um indivíduo ou espécie, deixam-se abertas outras séries de interpretantes, mantendo o contínuo da semiose e do real. Mantido o contínuo a que nível for, a semiose prosseguirá, permanecendo indefinido seu presente sem permitir que o “fato consumado”, determinante último de qualquer processo, ponha fim ao que é necessário para seu prosseguimento.

Para a efetivação da comunicação, o indefinido, contudo deve ser superado pelos agentes do processo comunicativo. Isto supõe, para Peirce, que se leve em conta o contexto em que o processo de comunicação se efetua. A comunicação se faz no interior de uma comunidade e a ela deve ser comuns um universo de discurso e um domínio de experiência comum.

A impossibilidade de que nossas representações gerais, ou até mesmo, nomes próprios, por de si mesmos refiram-se a algo real e impliquem, desse modo, verdade ou falsidade, efetivamente inserindo-se no universo da experiência e com ele se comprometendo, exige mais do que a pertinência dos signos ao seu próprio universo semiótico, mas que sejam acompanhados de indicadores concretos dessa inserção. Não é demasiado, recorrer-se ao texto peirciano para reconhecer esta exigência:

Quando símbolos, tais como palavras, são usados para construir uma asserção, essa asserção relaciona-se com algo real. Deve ela não somente *professar* isso, mas realmente assim proceder; de outro modo, não seria verdadeira, e, menos ainda, falsa.

(...) Se uma testemunha jurar, com toda formalidade legal, que John Doe cometeu um assassinato, não terá feito uma asserção a não ser que o nome John Doe denote alguma pessoa existente. Mas para que o nome assim o faça, algo mais do que uma associação de idéias é exigido. Pois uma pessoa não é uma concepção, mas uma coisa existente. O nome, ou melhor ainda, as *ocorrências* de um nome, devem conectar-se existencialmente com a pessoa existente. Portanto, nenhuma asserção pode ser construída a partir somente de puros símbolos. Com efeito, os puros símbolos são imutáveis, e não são eles que se juntam pela sintaxe da sentença, mas suas ocorrências... suas réplicas. (CP 4.500)

De Peirce, também, é a afirmação:

Em cada proposição, as circunstâncias de sua enunciação mostram que ela se refere a alguma coleção de indivíduos ou de possibilidades que não pode ser adequadamente descrita, mas pode somente ser indicada como alguma coisa familiar a ambos, o falante e o ouvinte. (CP 2.536)

JÆrgen Johansen (1993), comentando esse texto, faz notar tratar-se de uma definição negativa que mais indica a já mencionada insuficiência de qualquer signo que vai exigir que seu significado se complete na experiência. (p. 204).

Compreendido positivamente, páginas adiante (p. 209), Johansen remete o leitor a um texto de Peirce (CP 4.561n1) que discutindo a conveniência do recurso aos Grafos Existenciais para a representação analítica das proposições, explicita a natureza icônica da Folha de Asserção (ou *Folha Fêmica*) onde os grafos são inseridos e que lhes confere caráter assertivo, em continuidade com a relação icônica que ela mantém potencial e indistintamente com todo o Universo de Discurso. Todo signo referente à realidade, – e como já foi possível perceber, todo signo para Peirce a ela se refere – insere-se em um campo icônico que o contextualiza em face de essa realidade que permite sua devida interpretação.

Conclui, então, Johansen dizendo:

Em sua capacidade como rede pressuposicional e como um campo de atenção geral, outras partes [do Universo de Discurso] podem ser vistas e analisadas como sendo representadas em semioses subsequentes e sucessivas, mas a soma de todas as pressuposições ou o campo total da atenção geral não podem ser estabelecidos em uma simples semiose ou em qualquer série finita de semioses, salvo em um estado de conhecimento total.

O final do texto parece-nos referir-se ao vetor assintótico para o futuro de é que dotado todo o conhecimento e toda a comunicação entre seres pensantes.

Não é, todavia, somente a referência ao Universo de Discurso que é exigido para que se efetive o diálogo. Tem que haver um domínio de experiência comum entre o elocutor e o intérprete, para que a semiose se perfeça.

Nas palavras de Tiercelin, assim se fundamenta a exigência do que chamará *contexto de asserção*:

O contexto de asserção é o segundo meio proposto por Peirce para explicar a efetuação, não mais agora da singularização do objeto de experiência, mas de sua

identificação. Todo signo tem 'um objeto único, mesmo que esse possa ser um conjunto único ou um contínuo único de objetos. Nenhuma descrição geral pode identificar um objeto.' O problema resolve-se graças ao contexto, que introduz a dimensão verdadeiramente pragmática da teoria peirciana da referência. (p. 313)

Agora, é o infinito contínuo do predicado que, da natureza de idéia que lhe é própria, exige que a representação proposta à interpretação delimite quais signos deverão interpretá-las para determinar essa ou aquela linha de conduta, ou, em outras palavras e sob um outro viés, qual a classe de objetos que se espera deva determinar a conduta. Tão geral é de si mesmo o signo, que só contextualizando-o pelas representações de um campo de experiências compartilhado, elocutor e intérprete terão as mínimas condições de falarem sobre as mesmas coisas, comungarem das mesmas idéias, e dirigirem sua conduta para o mesmo fim.

Pensamos em signos; e, com efeito, a meditação toma a forma de um diálogo no qual alguém faz constantemente apelo a si mesmo de um momento subsequente para a ratificação de sua intenção (*meaning*) com respeito a seu pensamento = os signos realmente representando os objetos que declaram representar. A lógica, portanto, é praticamente um ramo da ética com respeito à sua relação com seus objetos. (NEM 3.2: 886)

Mesmo, portanto, que o fluxo do pensamento se faça somente no interior de alguém, ele jamais será um monólogo. Não crescerá o pensamento e não alcançará sua meta e sua razão de ser, se quem o emite não se reconhecer incapaz de sozinho proceder à representação de um objeto e à equivalente determinação da conduta. Sem a ratificação por parte de um eu futuro o signo perde seu significado, pois cai no vazio a intenção de quem o emitiu. Só devida e efetivamente interpretado representa seu objeto. Representá-lo é para Peirce representá-lo para alguém cuja conduta se espera ou se pretende irá também representá-lo e, mais ainda, irá buscá-lo tal como um fim.

A preservação do contínuo requer do signo, antes de tudo, o poder de referindo-se ao passado, interpretá-lo para o futuro.

A preferência que Peirce, no decorrer de suas investigações lógicas, vai dedicando aos grafos e, entre eles aos grafos existenciais, reflete e acentua esta concepção não determinista do pensamento.

Sendo o signo antes de tudo uma *Forma* sua relação para com o objeto fundamenta-se, em última análise, em uma qualidade que com ele mantém em comum, exigindo ser ele um ícone ou, ao menos, o inclua (CP 2.278; Silveira (1996) p. 35-53).

Antes, pois, que o objeto cause sua representação, a determinação do representamen decorrerá de alguma afinidade deste para com objeto e, mesmo que sua relação seja caracterizada pela causalidade eficiente, esta sempre será segunda em face de uma afinidade que a permita.

O mesmo dever-se-á dizer da determinação do interpretante. O signo o determinará primordialmente como um signo de possibilidade e de afinidade, para

consigo e, através dele, indiretamente, para com o objeto. Semelhança dá-se entre formas que se reconhecem e que medeiam possíveis reações causais sem que por estas sejam irremediavelmente particularizadas.

A algum signo, contudo, terá o pensamento que recorrer para apresentar-se e para ser experimentado, encarnando-se em um teatro de reações (CP 6.195, 212). A convencionalidade do signo e a comutabilidade de suas espécies não levam, porém, à indiferença na escolha das mesmas.

A forma do signo contribui para sua inteligibilidade e facilita mais ou menos a interpretação e a fluir do pensamento. Nesse sentido, compreende-se a razão do grande empenho peirciano em construir e em constantemente aprimorar o sistema de grafos, ao qual reconhecia como uma de suas maiores contribuições à lógica e ao pensamento humano.

Comungar de uma Forma é penetrar no circuito de uma ética e assumir para si um objeto por outro anteriormente interpretado com um bem e um acréscimo de perfeição. Não se pretenderá dizer que a Forma substitui o Objeto como o bem a ser alcançado ou que o pensamento substituirá a conduta e a atuação do Sujeito no mundo. A Forma substitui ao Objeto enquanto Meio e não enquanto fim. Substituí-lo assim, é fazê-lo para uma mente que a interprete e que instigue a vontade a perseguir o que deseja.

Esse campo de possibilidade que envolve a Forma é que a faz reconhecer-se como idéia, exigindo que o pensamento seja um processo aberto, essencialmente dialógico.

A objetividade do Real e a transcendência da Verdade com as quais toda semiose está comprometida não contradiz, apesar da aparência, o caráter falível de todo pensamento. Poder-se-ia dizer que todo pensamento em sua precariedade encontra-se em um campo de tensão para o Real e para a Verdade, fazendo com que sua aventura por todos os descaminhos que sofra e, em parte devido a eles mesmos, siga em convergência para uma única direção.

Mas se a Verdade for algo público, isso deve querer dizer que para sua aceitação como uma base de conduta, qualquer pessoa que seja a ela chegaria, se levasse adiante suficientemente longe suas investigações; – sim, todo ser racional, por mais preconceituoso que seja de início.

“Não digo que seja infalivelmente verdadeiro que haja qualquer crença à qual chegaria uma pessoa se levasse suficientemente adiante suas investigações. Somente estou dizendo ser isso o que chamo Verdade. Não posso infalivelmente saber se há alguma verdade.” (SS p. 73)

A prerrogativa do social diante do individual é para Peirce incontestável. Maior ilusão não pode ter alguém do que a que encontrará sozinho seu próprio caminho ou que na introspecção encontrará seu verdadeiro *eu* solitário. Na comunidade dos seres pensantes, e somente nela, a procura da Verdade, embora por sua própria natureza jamais dominada, poderá se realizar. As dúvidas levarão a crenças que independerão de nossas decepcionantes idiosincrasias.

Esse caráter social do pensamento e do *etbos* não deve jamais nos enganar, sendo confundido com algum fenômeno sociológico. Da ilusão individualista podem compartilhar comunidades inteiras, e mais ainda, a escala sociológica em nada modifica o caráter particular das dúvidas e das crenças restritas ao domínio da empiria.

É, de fato, da própria natureza do signo, segundo a concepção peirciana, essa radical distinção face ao objeto. A natureza icônica do signo, já anteriormente apontada, fundamenta sua função significativa em alguma *qualidade* que ele tenha em comum com o objeto, qualidade que sendo nele reconhecida entre múltiplas outras que possa oferecer, permita que fique no lugar do objeto precisamente sob aquele aspecto e venha, em sua função mediadora, determinar signos interpretantes. Poder significar supõe uma escolha e uma eleição dessa qualidade deixando as outras indeterminadas. Desse modo, poderia ser compreendida, por exemplo, a seguinte definição de signo enunciada por Peirce (CP 2.92): “Um *Signo* é alguma coisa que está relacionada a uma Segunda coisa, seu *Objeto*, com respeito a uma Qualidade, de tal modo que leve uma Terceira coisa, seu *Interpretante*, a relacionar-se àquele Objeto da mesma forma, *ad infinitum*.”

A Qualidade própria do representamen é o presente propiciador da interpretação do passado para o futuro e, conseqüentemente, da manutenção e do incremento da continuidade evolutiva. A experiência do pensar é uma experiência do contínuo, antes mesmo que qualquer análise identifique a natureza dessa temporalidade. Assim também, mesmo que se possa vir a poder medir-se ou comparar-se qualidades, inclusive a que se responsabiliza pela semiose, essa última permanecerá sendo um contínuo, cujo fluir jamais se reduzirá aos limites de uma representação conceptual, necessariamente abstrativa. Diz o texto peirciano, por conseguinte, que para que haja comunicação, é necessário que o signo comporte um grau ótimo de vagueza:

Nenhuma comunicação de uma pessoa a outra pode ser inteiramente definida, isto é, não-vaga. Podemos razoavelmente esperar que os fisiologistas irão encontrar algum dia, meios de comparar as qualidades dos sentimentos de uma pessoa com as de outra, de modo que não seria conveniente insistir em sua presente incomparabilidade como uma fonte inevitável de desentendimento. Mas subsistindo algum grau ou qualquer outra possibilidade de variação contínua, a precisão absoluta é impossível. (CP 5.506)

Nas palavras de Tiercelin encontramos as seguintes considerações sobre o equilíbrio que necessariamente deve ser mantido entre a determinação de um conceito e uma margem de determinação a ser progressivamente coberta, embora jamais esgotada pelo diálogo entre as pessoas e sua conseqüente produção de interpretantes:

Para, com efeito, ter sentido, um conceito deve poder entrar em comunicação, inserir-se em um diálogo, ser suscetível de receber uma interpretação ou, em termos

peirceanos, ter um (ou alguns) interpretante(s). Visar, por outro lado, uma indeterminação absoluta de um termo, seria pretender que se pudesse conhecer quanto a seu sujeito, todos os predicados possíveis com respeito aos quais ele é indeterminado. Ora, uma tal lista é infinita. Por conseguinte, caso se queira saber do que se está falando, e manter-se somente dentro do registro do cognoscível, deve-se concluir que todo termo é, ao menos, potencialmente determinado. (p. 279)

A semiose como comunicação apresenta dois aspectos nem sempre facilmente conciliáveis. De um lado, a comunicação se faz no intuito de aproximar as pessoas, constituindo-se um interpretante comum a elas (Cf. Colapietro, p. 104). De outro, a comunicação apresenta um caráter persuasivo de levar um outro a concordar com a atribuição de verdade à representação de um determinado objeto e a determinar sua conduta conforme a convicção ou o interesse de quem com ele se comunica. (Cf. Tiercelin, p. 308).

A comunidade de pensadores, tão almejada por Peirce, jamais foi concebida por ele com alguma coisa ingênua e fácil de ser obtida. Recorrer ao vago e ao geral, e, através deles, construir uma economia de comunicação que leve ao maior sucesso possível a semiose, traduz-se, basicamente, em duas estratégias no interior de um jogo entre emitente (ou elocutor) e intérprete. (Cf. CP 5.447)

Há momentos em que o elocutor concede para o intérprete o direito de estender a toda classe dos sujeitos, o predicado a ele atribuído. Sob a forma de proposições universais, constroem-se signos de essência e diante de qualquer experimento, põe-se à prova o que está sendo afirmado o negado do sujeito, e da classe de objetos nele representada. Em outros momentos, e, poder-se-ia dizer, mais frequentemente, o elocutor reserva para si a quem atribuir o predicado, podendo, quando interpelado pelo intérprete, especificar mais de quem se está falando. Mantém-se a particularidade da atribuição e, conseqüentemente, a possibilidade de se fugir de contraprovas.

No primeiro caso, recorrendo a formas muito mais restritas a comprometedoras da verdade do que se assevera, o elocutor assume publicamente um compromisso, a princípio incondicional, com o que afirma ou nega. Recorre, então, ao que Peirce denomina *signos objetivamente gerais*, pois referentes a toda classe dos objetos à qual se atribui determinado predicado, ou determinada relação causal.

No segundo caso, recorre-se a *signos objetivamente vagos*, que sob a forma de juízos existenciais, dirá que ao menos a um entre os elementos de uma classe de objetos, caberá atribuição de um determinado predicado, ou determinada relação.

Em ambos os casos, o signo permanece relativamente indeterminado, embora a generalidade e a vagueza mutuamente se oponham. Todavia, mantém-se em aberto o processo comunicativo, cabendo novamente ao interlocutor o empenho de fazer avançar a série de interpretantes, aprofundar o hábito de conduta tencionado pela Verdade como *summum bonum*. Em Tiercelin, pode-se ler:

O vago é, pois, em definitivo um princípio universal *real*, e não 'um defeito de nosso conhecimento ou de nosso pensamento'(CP 4.344). Deve-se, por outro lado,

dizer que: 'aonde quer que um grau ou qualquer outra possibilidade de variação contínua subsista, a precisão absoluta é impossível' (CP 5.506). É, pois, vão sonhar em eliminá-la, mas, mais ainda, a ela deve-se levar em conta, enquanto possível, em nosso conhecimento. Afirmar que 'não se pode deixar de levar em conta o vago em lógica, como não se pode deixar de levar em conta o atrito em mecânica' (CP 4.512) é simultaneamente afirmar que nosso ideal de conhecimento passa através do exame dos métodos e dos princípios a serem seguidos em lógica, nas ciências e em ontologia, para expô-lo à luz. (p. 317)

A semiose, por mais rigorosa que se pretenda, tem que se haver com o vago dos signos para manter-se em seu caráter dialógico e para evoluir em direção à Verdade. Diante do vago, torna-se, pois imprescindível desenvolver um método de pensamento que permita aprimorar progressivamente os conceitos e determinar cada vez mais apuradamente a conduta. Isto se fará, escolhendo com cuidado os signos que representarão os objetos de tal modo que antecipem a conduta que colocarão em confronto as mentes e o que elas interrogam.

O Pragmaticismo como método de conduta científica, deixa bem claro Tiercelin, decorre da estratégia de se trabalhar o pensamento necessariamente vazado pela vagueza das representações. Sua máxima é o principal legado peirciano para quem quiser fazer avançar a semiose rumo à Verdade.

Todo conhecimento no momento atual embora guarde a potencialidade que lhe dá esperança de avançar rumo à Verdade, será algo encarnado para se efetivar. Deste modo, sempre falível, sempre falha em seus objetivos imediatos. Dada sua necessária vagueza, necessita complementar-se na experiência para vincular-se à realidade e determinar efetivamente a conduta. A efetivação do conhecimento, contudo, somente tem lugar em fatos particulares, em ações na história e em réplicas sensíveis.

Só na esfera mental há comparação entre os seres, na medida em que assumem seu caráter ideal de representações. Nessa instância, são universais, mas escapam à experiência atual de quem os representa. Não interagindo no *teatro de reações* (CP 6.195, 212), não guardam, contudo, a indiferença das meras essências: integram o contínuo da mente e como semiose dispõe quem os assume a melhor agir no futuro. Os universais estão na mente sob a forma sempre crescente e em expansão, dos *hábitos de conduta* (*habitualiter*, para Duns Scotus).

O trânsito em dupla direção entre a esfera das representações onde o universal encontra seu lugar, e a ação que confere às representações foro de realidade, devido à resistência que a elas opõe confere ao hábito não somente um caráter intelectual sustentado nas 'séries interpretantes, mas faz com que se envolva uma dimensão volitiva, disposicional para as ações futuras. Verdade quando pragmaticamente considerada traduz-se em crença, e esta em hábito de ação. (CP 5. 377, 417-20, 494-99; 6. 481; 7.354). Pode assim, Tiercelin considerar:

Segundo toda aparência, a inteligência não crê nem afirma senão aquilo que a pesquisa e a prova manifesta a constringem a crer e a asseverar, parecendo por isso

difícil definir o saber e a verdade de outro modo do que como crenças fundadas e justificadas. (p. 303)

Somente os Símbolos, como o signos genuinamente gerais, produzem seus próprios interpretantes determinando, pelas séries infinitas – pois não degeneradas – de interpretantes, hábitos genuinamente gerais de conduta. Referir-se-ão, sem dúvida à experiência, mas garantirão que onde quer que essa aconteça, eles a estarão efetivamente representando na classe geral de fenômenos da qual o experimento será um exemplar.

Os Símbolos são, portanto, plenamente universais: representarão classes gerais de objetos independentemente da particularidade das circunstâncias, dirigir-se-ão diretamente à Razão convidando-a a produzir diante da associação geral de idéias que determina, conceitos universais. Esses últimos significam hábitos gerais de conduta, não mais dependentes dessa ou daquela experiência, desse ou daquele indivíduo ou grupo de indivíduos. Poderão, enfim, produzir, com absoluta exclusividade, novos signos que ampliem, plenamente sustentados pela necessidade lógica de sua produção, a representação da Realidade e a universalização da conduta. (Cf. CP 2.239, 252-3, 261-3; 5.76).

A comunidade de investigação à qual cabe atingir a Verdade absoluta far-se-á pela união dos interpretantes, no âmbito do diálogo universal que, centrado nos símbolos, torna-se possível de se efetivar. Mats Bergman (2000) desenvolverá esse tema tomando por base uma das cartas de Peirce a Lady Welby, datada de 1906 (SS 196). Assim, dirá:

Como resultado da troca comunicativa, as mentes de emitente e do intérprete recebem certas determinações distintas (às quais Peirce denomina *interpretante intencional* e *interpretante efetivo* [*effectual interpretant*], respectivamente). Contudo, o processo dirige-se rumo ao *interpretante comunicacional*, que pode ser construído como um limite ideal de comunicação, a saber, o entendimento ótimo, tendo em vista um assunto específico; isto é, o objeto da semiose em questão. (p. 241-2)

Há, pois, uma convergência tendencial de interpretantes e, com ela, a formação de uma comunidade ideal de interpretação. Em qualquer momento que se observe, essa troca comunicativa implicaria o suprimento pelos interlocutores da indeterminação do signo em sua vagueza e a relativa virtualidade desse interpretante comunicacional, ou, resumidamente, *commind*.

A continuidade evolucionária da semiose destina-se à realização desse interpretante de máxima abrangência e é a ela que tende, nas palavras de Bergman, a investigação científica:

Idealmente, a meta do processo [comunicacional] seria realizar a determinação rigorosa do *commind*, como do verdadeiro significado do objeto. De acordo com Peirce, tal ideal é perseguido da melhor forma pela investigação científica, um modo inerentemente social de vida. (p. 242)

Haveria uma irredimível ilusão racionalista no ideal comunitário e social alimentado por Peirce, não fosse a concepção fundamentalmente universalizante que Peirce tem do que pode ser considerado uma inteligência “científica”. Basta que um ser, em qualquer instância, seja capaz de aprender com base na experiência e ele já é, de pleno direito, considerado por Peirce uma inteligência científica. Portanto, no universo em que cabe falar-se de aprendizagem e evolução nada está excluído dessa categoria. Por outro lado, a busca da Verdade como *summum bonum*, jamais reduzirá a ciência a um quadro abstrato representacional, mas em hábitos profundamente éticos e sensíveis de conduta. A busca da Verdade será em sua maior distinção, nada mais do que o amor irrestrito pelo bem, da parte de seres dotados de razão. (Cf. CP 1.606-15).

BIBLIOGRAFIA

OBRAS DE PEIRCE

- Peirce, C. S. *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Vols. 1-6. Ed. C. Hartshorne and P. Weiss. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University, 1934-1974. Vols. 7-8. Ed. A. Burks. Cambridge: Harvard UP, 1956. [Citadas do seguinte modo: CP (n.º do vol.). (n.º do parágrafo).]
- _____. *The New Elements of Mathematics by Charles S. Peirce*. Ed. C. Eisele. Berlin/New York: Mouton, 1976. Vol. III/2. [Citada deste modo: NEM (n.º do vol.): (n.º da p.)]
- _____. *Semiotic and Significs: The Correspondence between C. S. Peirce and V. Lady Welby*. Ed. C. Hardwick. Bloomington: Indiana UP, 1977. [Modo de citação: SS: (n.o. da p.)]
- Robin, R. S. *Annotated Catalogue of the Papers of C. S. Peirce*. Worchester: The University of Massachusetts Press, 1967. [Citado como: Ms. (n.º do manuscrito) (n.º da p.)]

OUTRAS OBRAS

- Bergman, M. “Reflections on the Role of the Communicative Sign in Semeiotic” *Transactions of the C. S. Peirce Society* XXXVI.2 (2000): 225-54.
- Colapietro, V. *Peirce's Approach to Self: A Semiotic Perspective on Human Subjectivity*. Albany: State University of New York Press, 1989.
- Johansen, J. D. *Dialogic Semiosis: An Essay on Signs and Meaning*. Bloomington: Indiana UP, 1993.
- Silveira, Lauro F. B. da. A iconicidade dos signos lingüísticos e algumas de suas conseqüências. *O falar da linguagem*, São Paulo, p. 35-53, 1996. (LINGAGEM; 1)
- Tiercelin, Claudine. *La Pensée-sign: Études sur C. S. Peirce*. Nîmes: Jacqueline Chambon, 1993.